



## Gerente da Petrobras diz que foi preciso levar Astra Oil à Justiça

Jefferson Rudy/Agência Senado



Carlos Borromeu, gerente internacional da estatal, negou que prolongamento da disputa judicial pela refinaria de Pasadena tenha trazido prejuízo à empresa brasileira

**B**orromeu disse à CPI Mista da Petrobras que a falta de segurança jurídica para acordo extrajudicial com a Astra Oil justificou a disputa na Justiça. Já o diretor de Segurança Empresarial da estatal, Pedro Aramis, informou

que não constatou pagamento de propina a funcionários da empresa. Agora a CPI mista quer investigar denúncia de que a presidente da Petrobras, Graça Foster, teria doado bens a parentes após o caso da refinaria se tornar público. **3**

Borromeu fala à CPI mista observado pelo senador Gim, que presidiu a reunião, e pelo relator da comissão, deputado Marco Maia



Paulo Cinquenti/Agência Senado

O voto em trânsito foi aplicado pela primeira vez em 2010, mas somente nas capitais brasileiras

### Pedido para voto em trânsito acaba hoje

O prazo para solicitar voto em trânsito nas eleições deste ano se encerra hoje. O direito de participar da escolha do novo presidente do Brasil poderá ser exercido por

eleitores que estiverem fora de seu domicílio eleitoral, desde que se dirijam a um cartório eleitoral para informar a cidade onde pretendem votar. **4**

### Estrangeiros com cinco anos de residência poderão votar no Brasil **4**

### Proposta garante nomeação de concursados dentro das vagas previstas **2**



Gerardo Magela/Agência Senado

Jovens senadores de 2013 no Congresso: propostas dos estudantes podem virar projetos de lei

### Jovem Senador: inscrições só até amanhã

Acabam amanhã as inscrições no 7º Concurso de Redação do Programa Senado Jovem Brasileiro. Podem concorrer estudantes de até 19 anos que curse o en-

sino médio em escolas públicas estaduais. Os 27 finalistas, um de cada estado, virão a Brasília com seus professores para participar do Projeto Jovem Senador. **2**

# Senado Federal

Economia | Transparência | Fortalecimento do Legislativo

Comissão Diretora | Biênio 2013 - 2014

Saiba mais em:  
<http://bit.ly/1nv6Zig>

SENADO FEDERAL



# PEC disciplina nomeação de aprovados em concurso

Objetivo da proposta, apresentada em 2004, é assegurar a nomeação de todos os aprovados dentro do número de vagas previstas no edital, conforme direito reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal em 2011

ESTÁ PRONTA PARA votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48/2004, que assegura a nomeação de todos os aprovados em concursos públicos dentro do número de vagas previsto no edital do certame.

A PEC foi apresentada há dez anos por Paulo Paim (PT-RS). Portanto, é anterior à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em recurso extraordinário julgado em 2011, que reconheceu direito subjetivo à nomeação aos candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital.

Além de garantir a nomeação dos aprovados, a PEC propõe outras mudanças na Constituição, entre elas a obrigatoriedade de publicação de edital do concurso na imprensa oficial e em jornal diário de grande circulação. O objetivo é assegurar o princípio da publicidade.

Em voto favorável à aprovação, Jorge Viana (PT-AC),



Candidatos fazem prova em Mato Grosso: PEC garante nomeação dentro das vagas

relator da matéria na CCJ, sugere algumas mudanças. O senador retoma, por exemplo, a regra atual de validade dos concursos — de até dois anos, prorrogável por igual período —, em vez de dois anos exatos, também prorrogáveis, como consta da proposta original.

Viana também sugere a retirada da exigência de aproveitamento dos aprovados em um concurso dentro do prazo de validade em novas vagas

que venham a surgir além das previstas no edital. Nesse caso, ficaria proibida a realização de novo concurso.

O texto do relator apenas garante o preenchimento de todas as vagas previstas no edital dentro do prazo do concurso.

“A proposta é oportuna, uma vez que incorpora ao Texto Magno importantes regras de moralização dos concursos públicos”, avalia Viana em parecer pela aprovação da PEC.

## Pimentel espera bons resultados do Plano de Educação



José Pimentel (PT-CE) está confiante de que a implantação do Plano Nacional de Educação, sancionado no

final de julho, vai melhorar a educação no Brasil.

— Estamos com uma política para que, no mínimo, 40% da população entre 18 e 29 anos de idade, nos próximos dez anos, esteja cursando ou tenha a sua graduação. É uma mudança muito profunda que estamos fazendo na educação. Com esse novo PNE, queremos dar esse salto de qualidade. Vamos investir 10% do produto interno bruto nos próximos dez anos — afirmou o senador.

## Matos propõe ampliação do ensino integral



Wilson Matos (PSDB-PR) anunciou projeto de terminando a implantação do ensino fundamental em

tempo integral em todo o país. Segundo o senador, o processo será gradativo, com início em 2017 e término em 2025.

Matos lembrou que o Plano Nacional de Educação (PNE) prevê que, até 2024, 50% das escolas brasileiras deverão oferecer tempo integral a pelo menos 25% dos alunos.

Segundo ele, essas metas são insuficientes, pois o sistema continuará excludente, permitindo que alunos abandonem as escolas por desmotivação.

## Cyro Miranda lamenta morte de Eduardo Campos



Ao lamentar a morte do ex-governador e presidenciável Eduardo Campos, Cyro Miranda (PSDB-GO) apontou

um sentimento de frustração para quem se preocupa com o destino do Brasil. Segundo o senador, a política precisa se reoxigenar para atender as novas demandas da sociedade.

— Quando um país perde um jovem político tão promissor como Eduardo Campos, perde também uma voz ativa em favor das propostas alternativas e inovadoras.

Cyro elogiou Campos pela experiência no Executivo e pela disposição ao debate.

## Inscrição no Projeto Jovem Senador vai até amanhã

O prazo para as inscrições no 7º Concurso de Redação do Programa Senado Jovem Brasileiro encerra-se amanhã, data-limite para as escolas do ensino médio da rede pública estadual e do Distrito Federal encaminharem as redações às respectivas secretarias de Educação.

Para participar, os estudantes devem fazer uma redação sobre o tema “Se eu fosse senador”. Os 27 autores das melhores redações, um de cada unidade da Federação, serão convidados a vir a Brasília para vivenciar o processo legislativo dentro do Projeto Jovem Senador, parte integrante do programa. Algumas das propostas deles poderão virar projetos de lei, como já ocorreu em edições anteriores.

O aluno deve ter no máximo 19 anos e cursar o ensino médio em escola pública estadual ou do DF. No ano passado foram recebidas mais de 70 mil redações.

A novidade da edição de 2014 é que os professores que orientaram as redações vencedoras também virão à capital federal. Em Brasília, farão uma programação especial. As atividades no Senado serão realizadas entre os dias 18 e 21 de novembro.

O concurso é composto por três etapas. Na primeira, as escolas selecionam o texto de um aluno, que deve ser enviado até amanhã às secretarias de Educação de cada estado e do DF. Na segunda, as secretarias selecionam três textos e os encaminham para o Senado até 30 de setembro. Na última etapa, nacional, uma comissão julgadora escolhe as redações classificadas em primeiro, segundo e terceiro lugares de cada estado.

Até o dia 10 de outubro, serão divulgados os 27 finalistas e os três primeiros colocados na etapa nacional.

Informações e regulamento em [www.senado.leg.br/jovem-senador](http://www.senado.leg.br/jovem-senador)



Estudantes vivenciam processo de discussão das leis no Plenário do Senado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, sem votações, destinada a pronunciamentos dos parlamentares na tribuna do Senado.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portella  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos,  
 João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:**  
 Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Marco Antonio Reis  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira  
**Coordenação de Edição:** Sílvio Burtle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana  
**Edição:** André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin  
**Diagramação:** Beto Alvim e Ronaldo Alves  
**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Segundo Carlos Borromeu, gerente internacional da Petrobras, foi preciso prolongar a briga na Justiça com a Astra Oil porque não havia segurança jurídica para um acordo extrajudicial

# Gerente defende disputa judicial por Pasadena

EM DEPOIMENTO À CPI Mista da Petrobras, ontem, o gerente jurídico internacional da empresa, Carlos Borromeu de Andrade, detalhou a disputa judicial com a Astra Oil no processo de compra de 50% da refinaria de Pasadena (EUA). Ele explicou que o caso se prolongou na Justiça porque não havia segurança jurídica para um acordo extrajudicial.

— Os nossos advogados encaminharam à Astra uma proposta de acordo extrajudicial para encerrar todas as demandas. A Astra respondeu que não aceitava os termos de um acordo que encerrasse tudo. Isso foi no dia 22 de abril de 2009. No dia 23, a Astra entrou com outra ação cobrando mais uma importância. Com essa atuação, tornou-se impossível um entendimento. Então, prosseguimos litigando.

Borromeu informou que a intenção da Petrobras em continuar com os processos na Justiça era chegar a uma situação mais segura para a companhia. O acordo, disse, resultou no pagamento de US\$ 820,5 milhões à Astra.

O relator da CPI mista, deputado Marco Maia (PT-RS),

lembrou ao depoente a sentença do Tribunal de Contas da União (TCU) considerando que a empresa brasileira sofreu um prejuízo de R\$ 92,3 milhões por causa da demora de três anos (2009 a 2012) no fechamento do caso. Borromeu respondeu que aguarda o pronunciamento final do TCU, mas negou que isso tenha acontecido.

O advogado da Petrobras foi questionado por parlamentares da oposição. Na opinião deles, a empresa teve prejuízo aumentado à medida que manteve a disputa. Já Marco Maia preferiu não dizer se saiu convencido de que foi melhor a Petrobras ter insistido na contenda.

— É mais um depoimento que contribui para o processo de investigação — afirmou.

Borromeu alegou que a cláusula de saída do negócio (Put Option), presente no contrato com a Astra Oil, “era usual”.

— Pelo fato de não ter a última palavra na tomada de decisões, a Astra poderia sair da sociedade. Por isso, a inclusão desta cláusula permitiu a existência do negócio. Tal cláusula tem viés jurídico e



Borromeu negou prejuízo em função do processo e Aramis não constatou pagamento de propina a funcionários da estatal



também comercial importante — explicou o gerente.

A cláusula foi omitida do documento que serviu de base para que o Conselho de Administração da Petrobras autorizasse a compra. Também não foi explicitada a cláusula Marlim, que garantia à Astra Oil um lucro mínimo de 6,9% ao ano.

— Tal cláusula tinha conteúdo comercial para proteger a rentabilidade dos sócios. A refinaria seria reformada para processar óleo pesado da Petrobras. A Astra teria que se submeter ao direito da Petro-

bras de entregar o óleo para ser processado. A Marlim nem foi usada porque o plano de investimento para a refinaria não foi aplicado.

Questionado se as cláusulas eram centrais para o negócio, Borromeu disse que é “muito difícil fazer juízo de valor”.

— Como advogado, não posso fazer tal avaliação.

## Propina

A segunda testemunha ouvida ontem foi o diretor de Segurança Empresarial, Pedro Aramis de Lima Arruda, que esteve à frente da comis-

são interna responsável por investigar denúncia de que a empresa holandesa SBM Offshore pagava propina a funcionários da Petrobras. Segundo ele, a comissão não identificou a irregularidade.

Aramis disse também que a comissão interna verificou que a senha pessoal do ex-diretor da área internacional Jorge Zelada foi vinculada a dois documentos sigilosos repassados à SBM. O diretor de Segurança contou, no entanto, que não foi possível descobrir como o documento foi enviado para a Holanda.

## CPI quer saber sobre bens de Graça Foster

A CPI mista deve votar no dia 2 pedido de averiguação em cartórios de registro do estado do Rio de Janeiro sobre denúncia de que a



Graça Foster teria doado imóveis a parentes, segundo denúncia

presidente da Petrobras, Graça Foster, e o ex-diretor da área internacional da estatal Nestor Cerveró doaram bens a parentes após o caso da refinaria de Pasadena ter se tornado público.

A notícia da transferência de bens de Graça Foster e Cerveró foi publicada ontem no site do jornal *O Globo*. O presidente em exercício da CPI, senador Gim (PTB-DF), considera essencial que essa acusação seja esclarecida.

— Não acredito, mas nada melhor do que apurar justamente nos cartórios.

Na mesma reunião, também deverá ser votada convocação de Meire Bonfim Poza, contadora do doleiro Alberto Youssef, que está preso sob a acusação de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Em depoimento à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, na semana passada, Meire declarou que políticos receberam dinheiro de Youssef. Além disso, segundo ela, o doleiro preso tinha diversas empresas que emitiam notas fiscais frias para prestadoras de serviços à Petrobras.

## Entenda a polêmica da compra da refinaria nos Estados Unidos

Em 2006, a Petrobras desembolsou US\$ 360 milhões por 50% do complexo de Pasadena (incluindo estoques e uma empresa comercializadora). O valor é bem superior ao pago um ano antes pela belga Astra Oil: US\$ 42,5 milhões pela refinaria inteira.

Dois anos depois, a Petrobras e a Astra Oil se desentenderam até que uma decisão judicial obrigou a petrolífera brasileira a comprar a outra metade que

pertencia à companhia belga. Com isso, a aquisição da refinaria acabou custando US\$ 1,2 bilhão à petroleira nacional, incluindo gastos com juros e custas judiciais.

Ao depor no Senado, Graça Foster negou que a refinaria custou à Astra Oil apenas US\$ 42 milhões. Ela estimou que, entre o valor da compra, em 2004, e os investimentos antes da venda à Petrobras, a empresa belga teria desembolsado “no mínimo” US\$ 360 milhões.

## Anibal aponta má qualidade da banda larga no Norte

Anibal Diniz (PT-AC) disse considerar inaceitável a dificuldade que muitos brasileiros, especialmente da Região Norte, têm para acessar a internet de banda larga de forma eficiente e barata.

Ele fez um balanço do debate ocorrido no dia 14, em Rio Branco,



Nacional de Banda Larga e disse ser grande a insatisfação dos acrianos com o serviço no estado.

Segundo Anibal, os acrianos reclamam de sinal fraco e conexões interrompidas.

Além disso, o preço médio atual precisa cair para se popularizar a internet no país, disse o senador.

## Figueiró critica novo Código de Processo Civil

Ruben Figueiró (PSDB-MS) alertou, ontem, para o perigo de, após a votação do novo Código de Processo Civil, os juízes poderem decidir casos contrariando a lei. Isso pode acontecer, afirmou, se alterações feitas na Câmara forem mantidas no Senado.

O alerta, disse o senador, é de Rafael Vasconcellos de



Araújo, procurador da Fazenda Nacional.

Segundo Figueiró, o principal problema no texto votado pela Câmara se dá quando confere ao juiz o poder de decidir conforme a lei, mas observando os princípios da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e da razoabilidade.

## Malta condena restrições a comunidades terapêuticas

Magno Malta (PR-ES) criticou em Plenário a intenção do governo de reduzir a influência religiosa em iniciativas de recuperação de dependentes químicos.

Ele lamentou que o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas prepare uma resolução pela qual as comunidades terapêuticas

não poderão mais falar sobre religião com os pacientes.

De acordo com o senador, isso constitui uma agressão à liberdade de culto, além de um grave desconhecimento da

realidade dos dependentes e um desrespeito às pessoas que empenham suas vidas ao serviço do próximo.



# Prazo para pedir voto em trânsito termina hoje

Em 2014, o voto em trânsito poderá ser feito em municípios com mais de 200 mil eleitores. Em 2010, só ocorreu em capitais

**TERMINA HOJE** O prazo para o eleitor solicitar o voto em trânsito se estiver fora da cidade onde tem domicílio eleitoral. Esse direito vale apenas para a escolha do presidente da República. O eleitor deve procurar qualquer cartório eleitoral no país e apresentar um documento oficial com foto para informar o local onde pretende votar no primeiro e no segundo turnos da eleição, nos dias 5 e 26 de outubro.

O voto em trânsito foi aprovado pelo Congresso em 2009 e aplicado pela primeira vez em 2010, mas, na época, era ainda limitado às capitais. Em 2014, o eleitor poderá votar em um dos 92 municípios brasileiros com mais de 200 mil eleitores. Para Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), autor de um dos projetos que pos-

sibilita o voto em trânsito, a iniciativa busca assegurar a cidadania.

— Moderniza e democratiza nossas eleições de maneira mais ampla ainda porque se, por uma razão qualquer, um eleitor de Roraima estiver no Rio Grande do Sul, ele poderá votar para presidente, com seu direito à cidadania ficando mais plenamente atendido — disse.

A participação pode ser ampliada em outras eleições. O Senado aprovou, no ano passado, projeto de Ruben Figueiró (PSDB-MS) que estende o voto em trânsito para os outros cargos nos estados — governadores, senadores e deputados — e, nos municípios, para prefeitos e vereadores. O texto (PLS 130/2013) está agora na Câmara.



O voto em trânsito, iniciado em 2010, foi ampliado para 92 municípios do Brasil

## Onde votar

- AC • Rio Branco
- AL • Maceió
- AM • Manaus
- AP • Macapá
- BA • Feira de Santana • Salvador • Vitória da Conquista
- CE • Caucaia • Fortaleza
- DF • Brasília
- ES • Cariacica • Serra • Vila Velha • Vitória
- GO • Anápolis • Aparecida de Goiânia • Goiânia
- MA • São Luís
- MG • Belo Horizonte • Betim • Contagem • Governador Valadares • Juiz de Fora • Montes Claros • Uberaba • Uberlândia
- MS • Campo Grande
- MT • Cuiabá
- PA • Ananindeua • Belém • Santarém
- PB • Campina Grande • João Pessoa
- PE • Jaboatão dos Guararapes • Olinda • Paulista • Recife
- PI • Teresina
- PR • Cascavel • Curitiba • Londrina • Maringá • Ponta Grossa
- RJ • Belford Roxo • Campos dos Goytacazes • Duque de Caxias • Niterói • Nova Iguaçu • Petrópolis • Rio de Janeiro • São Gonçalo • São João de Meriti • Volta Redonda
- RN • Natal
- RO • Porto Velho
- RR • Boa Vista
- RS • Canoas • Caxias do Sul • Pelotas • Porto Alegre • Santa Maria
- SC • Blumenau • Florianópolis • Joinville
- SE • Aracaju
- SP • Barueri • Bauru • Campinas • Carapicuíba • Diadema • Franca • Guarujá • Guarulhos • Itaquaquecetuba • Jundiaí • Limeira • Mauá • Mogi das Cruzes • Osasco • Piracicaba • Ribeirão Preto • Santo André • Santos • São Bernardo do Campo • São José do Rio Preto • São José dos Campos • São Paulo • São Vicente • Sorocaba • Suzano • Taubaté
- TO • Palmas

## Jorge Viana rebate críticas de associação de procuradores

O senador Jorge Viana (PT-AC) rebateu críticas da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal à proposta de emenda à Constituição de autoria dele que proíbe a atuação de advogados e procuradores públicos na advocacia privada.

Viana se mostrou surpreso com a nota da entidade, que,



Moreira Matiz/Agência Senado

na sua opinião, distorce o conteúdo da proposta. Para ele, o debate sobre a PEC, ouvindo os interessados, poderia ser feito nas comissões do Senado e da Câmara.

O senador disse considerar as atribuições dos advogados e procuradores públicos incompatíveis com a advocacia privada.

## Brasil investe pouco na saúde pública, diz Casildo Maldaner

Pesquisa do Instituto Datafolha, que consultou 2.418 brasileiros com mais de 16 anos, revelou que 93% deles classificaram de péssimos, ruins ou regulares os serviços público e privado de saúde oferecidos no país.

Para Casildo Maldaner (PMDB-SC), os problemas decorrem da falta investi-



Moreira Matiz/Agência Senado

mento no setor. Ele observou ainda que, além de dinheiro, o setor precisa de mais profissionalismo na gestão.

— Que traga otimização no uso dos recursos, dinamização nos processos de atendimento, além de capacitação e ampliação de recursos humanos, se for necessário — afirmou Casildo.

## Kaká defende liberação de medicamentos para obesidade

Kaká Andrade (PDT-SE) defendeu a aprovação de projeto que susta resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que restringe a utilização de medicamentos para obesidade.

A resolução foi editada em 2011 e, para Kaká, interfere



Moreira Matiz/Agência Senado

no livre exercício da medicina.

— É preciso ressaltar que a obesidade é, segundo a OMS, uma epidemia global, cujas consequências se traduzem em doenças cardiovasculares, diabetes, doenças degenerativas dos músculos e articulações, entre outras — alertou.

## Odacir Soares pede atenção do governo federal à Região Norte

Odacir Soares (PP-RO) lamentou que o endividamento de Rondônia, nos últimos anos, tenha chegado a R\$ 3,3 bilhões, o que reduziu o poder de investimento do estado e a adoção de medidas para melhorar a qualidade de vida da população.

Para ele, o problema se



Moreira Matiz/Agência Senado

reflete no índice de desenvolvimento humano do Estado, que é de 0,690, o 15º do país. O senador explicou que isso não se deve apenas

a problemas locais, mas também à falta de uma política de efetiva redução das desigualdades no desenvolvimento das regiões brasileiras.

## Valdir Raupp elogia proposta do Simples Internacional

Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou o governo, ontem, por sugerir a criação do Simples Internacional à Organização dos Estados Americanos (OEA), com objetivo de unificar em 15% a alíquota do imposto sobre importação.

A ideia, aprovada pela OEA,



Moreira Matiz/Agência Senado

quando implantada, beneficiará as micros e pequenas empresas dos países de língua portuguesa e espanhola.

A alíquota de 15%, segundo Raupp, corresponderá aos seguintes tributos: Imposto de Importação, IPI, ICMS, Cofins-Importação, PIS-Pasep-Importação.

## Estrangeiros residentes poderão ter direito a votar

Os estrangeiros com residência permanente no Brasil há mais de cinco anos poderão exercer o direito de voto e se candidatar ao cargo de vereador, caso seja aprovada proposta pronta para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Relatório de Lúcia Vânia (PSDB-GO) reúne o teor de três propostas de emenda à Constituição com temas correlatos: as PECs 14/2007, 88/2007 e 25/2012. A primeira proposta, do senador licenciado Alvaro Dias (PSDB-PR), visa garantir o direito de manifestação dos estrangeiros, já que o Brasil foi formado com a participação de imigrantes dos diversos continentes. Já a PEC 88, do ex-senador Sérgio Zambiasi, sugere reciprocidade na garantia de direitos políticos a estrangeiros com nações que

asseguram o voto a brasileiros natos, como Nova Zelândia, Dinamarca, Holanda, Suécia, Finlândia, Bélgica, Chile, Venezuela, Colômbia, Paraguai e Uruguai.

A PEC 25, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), garante uma série de direitos aos estrangeiros, entre os quais o direito ao voto àqueles com residência permanente no país.

Lúcia Vânia diz que o Estado brasileiro não pode permanecer indiferente à necessidade de dar voz e voto às grandes correntes migratórias que vêm viver sob sua jurisdição. Para a senadora, não é correto tornar os residentes “homens de segunda classe por não poderem influenciar as decisões de políticas públicas que lhes dizem respeito”.

Além da possibilidade de voto, a PEC estende aos es-

trangeiros direitos inerentes aos brasileiros, de igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade e à igualdade.

Lúcia Vânia registra ainda que as alterações propostas não modificarão a disciplina constitucional relacionada ao preenchimento dos cargos públicos de relevo que a Constituição reserva, em defesa do interesse nacional, a brasileiros natos. Com isso, seguirão privativos de brasileiros natos os cargos de presidente da República e vice, dos ocupantes da ordem sucessória do presidente — presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal —, assim como os de diplomata, oficial das Forças Armadas e ministro da Defesa.